

# **FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO: ALGUNS APONTAMENTOS**

Monica Fernanda Botiglieri PPGE/UFSCar

Luiz Bezerra Neto/FAPESP

## **RESUMO**

Este texto surgiu da necessidade de apresentar parte dos estudos delineados em pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, entre os anos de 2010 e 2012, cuja investigação tomou como objeto a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, buscando compreender seu histórico de atuação no estado de São Paulo, mais especificamente no que compete à formação e qualificação de pequenos produtores rurais. A pesquisa em questão teve ainda como foco de análise o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I, projeto que trazia em suas realizações propostas relacionadas à formação e qualificação de pequenos produtores e outros sujeitos que atuam no campo. Neste artigo em particular apresentamos alguns apontamentos acerca da CATI, o contexto que perpassa a instituição de sua criação às suas principais reformulações, além da relação entre o Estado e a educação projetada e oferecida aos sujeitos que estão no campo e por esta organização são atendidos.

**Palavras-chave:** formação; qualificação; pequenos produtores rurais.

## **ABSTRACT**

This text came from the need to present part of the studies in the Master thesis performed in Postgraduate Program in Education at the Federal University of São Carlos - UFSCar, between the years 2010 and 2012, whose research took as its object the Technical Assistance Coordination - CATI, trying to understand the history of operations in the state of São Paulo, more specifically training and qualification of small farmers. The research was still focused on the analysis of the State Program of watersheds one, project that brought in their achievements proposals related to the training and qualification of small farmers and other individuals working in the field.

**Keywords:** Qualification, small farmers;

## **FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO: ALGUNS APONTAMENTOS**

Inúmeras têm sido as investigações relacionadas à temática Trabalho e Educação, buscando, sobretudo, compreender as relações que são firmadas na produção da vida humana, especialmente no que concerne às transformações no mundo do trabalho e suas relações de produção, mais especificamente relacionado-as ao modo de produção capitalista e a defesa dos pressupostos do neoliberalismo<sup>1</sup>. Este artigo, por sua vez, coloca-se juntamente a esta ampla temática, buscando percebê-la em sua totalidade e trazendo em sua singularidade alguns apontamentos a partir de estudo realizado com instituição específica, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, que apresenta objetivos e metas claras relacionadas à realidade das pequenas produções rurais no interior do estado de São Paulo.

A pesquisa realizou-se entre os anos de 2010 e 2012, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, financiada pela Capes. Sendo assim, os escritos que aqui se apresentam surgem no sentido de divulgação de parte dos estudos realizados, compreendendo a importância da sistematização e debate das conclusões alcançadas<sup>2</sup>.

Ao pesquisarmos a coordenadoria, procuramos não perder de vista os contextos que perpassaram sua criação, algumas de suas reformulações e ações passadas e presentes, assim como também em que medida este órgão atendia àqueles a quem alegava se destinar.

O interesse pelo estudo da instituição surgiu anos antes, já na graduação, na ocasião de pesquisa de trabalho de conclusão de curso, em que se buscou perceber as

---

<sup>1</sup> O neoliberalismo efetivou-se por meio de um projeto social, político, ideológico e econômico, nascido na Europa e na América do Norte após a 2ª Guerra Mundial, como intervenção teórica e política (...) cuja proposta era “manter um Estado forte, sim em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas (...)” (ANDERSON, 1995, p. 11). Passou a ser hegemônico nos países desenvolvidos na década de 1980, avançando pela América Latina e Ásia nos anos seguintes. Com o fim da experiência socialista no leste europeu, também foi implantado nos países do antigo bloco socialista (BOTIGLIERI & CASSIN, 2008).

<sup>2</sup> Durante o curso descrito, parte dos estudos que vieram a compor a dissertação final foram divulgados sob o título “O Estado e a formação de pequenos produtores rurais: Algumas atuações no estado de São Paulo” (BEZERRA & BOTIGLIERI, 2011).

ações implementadas pela Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária em sua unidade Pecuária Sudeste, na cidade de São Carlos, interior de São Paulo, no sentido de formar e qualificar trabalhadores rurais de modo geral<sup>3</sup>. Pudemos perceber, já naquela ocasião, que muito embora a empresa declarasse tais atividades e atenção a estes sujeitos e à sua formação, este de fato não era seu foco e as atividades, que se dirigiam principalmente a produtores e não a trabalhadores do campo de modo geral, se davam em grande medida por meio de eventos de formação e grandes parcerias com a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI. Surgiu assim o interesse por compreender a última, seu histórico, bem como suas ações, buscando analisar a realidade dos distintos sujeitos que trabalham e vivem no campo, especialmente no estado de São Paulo.

Além do interesse para com a pesquisa apontada, surgiram em meio às discussões na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, propostas de debates e estudos que, aglutinando-se, deram origem ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo - GEPEC<sup>4</sup>, no ano de 2010. Assim, as discussões realizadas no grupo contribuíram durante todo o processo de pesquisa e escrita acerca da CATI, bem como contribuem ainda hoje para as futuras formulações que tem se delineado.

A intenção inicial da investigação em questão, anterior mesmo à sua sistematização enquanto projeto de pesquisa, era perceber a relação entre a coordenadoria e o trabalhador rural de modo mais amplo, incluindo neste grupo os pequenos produtores, assentados, trabalhadores rurais assalariados, entre outros, contudo, já no início de nossos levantamentos percebemos a necessidade em limitar nosso objeto, dado que fomos advertidos de que o trabalho daquela instituição se dava principalmente com pequenos e médios produtores, excluindo, portanto, grande parte daqueles que estão no campo. Posteriormente ao contato inicial o objetivo primordial da investigação em questão passou a ser a compreensão de como se dava a organização da instituição, no sentido de atender à formação de pequenos produtores rurais, embora em

---

<sup>3</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade de São Paulo – USP, campus de Ribeirão Preto. Trabalho de monografia intitulado “O papel da Embrapa São Carlos na qualificação e formação dos pequenos produtores: análises referentes aos dados colhidos do ano de 2006”, sob orientação do Prof.Dr. Marcos Cassin.

<sup>4</sup> Grupo de estudos coordenado pelo Prof.Dr. Luiz Bezerra Neto. Para maiores informações, acessar: <http://www.gepec.ufscar.br/>.

alguns momentos específicos tenha sido debatido também o levantamento e análise de trabalhos pontuais realizados entre a CATI e assentados de reforma agrária.

Em nossas análises buscamos compreender a problemática levantada tendo em vista que, enquanto organização mediada e financiada pelo governo do Estado e inserida em relações capitalistas de produção tal qual está, a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI se constitui enquanto aparato político e ideológico deste, que por sua vez busca garantir a posição de dominação de uma dada classe sobre outra (ainda que esta dominação se dê mediante espaços também de contradição e negação).

Ao tratarmos especificamente da questão do Estado, tomamos os escritos de autores como Lênin (2007) ao nos colocar que

O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (...) para Marx, o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma “ordem” que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes (LÊNIN, 2007, p.25).

Ainda no que concerne à questão do Estado, passamos por autores como Batista (2011, p. 46) que nos afirma: “O Estado na sociedade capitalista não representa os interesses gerais da sociedade, mas tendencialmente atende aos interesses das classes que detém o poder econômico(...)”. Apoiada nos estudos de Marx e Engels (2009) a autora apontará ainda a idéia de que, ideologicamente, o Estado se apresenta como algo “exterior” e acima dos interesses distintos de classes, como representante de um possível bem comum, forjando perspectivas particulares como se fossem universais. Após análise do Estado para os autores apontados, ela continua:

(...) em meio ao conflito entre capital e trabalho o Estado assume papel mediador tentando dirimir ou atenuar as tensões da luta de classes, cabe a ele atender os direitos sociais e as demandas pelas políticas sociais e este o faz na medida do poder de pressão das classes sociais denotando a conflituosidade e a dialética da luta de classes em cada contexto histórico (BATISTA, 2011, p.47).

Taffarel (2010) por sua vez, ao tratar das questões que competem ao financiamento e às responsabilidades do Estado para com a educação do campo, nos coloca que este

(...) é um produto das divergências incompatíveis entre as classes sociais, expressa na oposição entre os interesses privados e os interesses coletivos. O Estado não é algo que está acima da sociedade ou algo externo a ela, mas surge num determinado momento histórico como produto do desenvolvimento das forças produtivas e o surgimento da propriedade privada dos meios de produção (terra, ferramentas, máquinas, matéria-prima, etc.) e das relações entre as classes sociais (proprietários e trabalhadores), estas definidas aqui pela posição que ocupam no processo de produção econômica, na divisão social do trabalho, relacionadas também a fatores ideológicos e políticos (TAFFAREL, 2010, p.76).

Assim, a partir de perspectivas como as dos autores apontados, seguimos com a pesquisa aqui em partes apresentada, tendo como hipótese e ponto de partida a coordenadoria enquanto organização que, muito embora atestasse em seus documentos e projeções a preocupação para com os trabalhadores rurais, “homens do campo”, pequenos produtores, etc., acabava, de fato, contribuindo muito mais à formação e às necessidades de médios e grandes produtores, excluindo grande parte daqueles que compõem a realidade do campo em nosso estado. Pela via do Estado e de programas financiados por grandes agências internacionais a CATI atuou formando milhares de sujeitos no campo, sem que necessariamente fossem de fato atendidas as necessidades destes, mas muito mais aquelas criadas e reforçadas pelas relações capitalistas desiguais que atingem também ao campo, em defesa especialmente das grandes produções.

Neste sentido, cabe ressaltar a compreensão aqui defendida do trabalho no campo enquanto parte de uma totalidade, assim: “(...) o processo de trabalho no meio rural deve ser entendido de forma integrada ao desenvolvimento do capitalismo e como síntese de seu processo histórico” (BOTIGLIERI, CASSIN E VALE, 2011, p. 52-53), ou seja, parte-se da análise de que o campo é componente estrutural do modo de produção capitalista, estruturado e reestruturado constantemente em atendimento às necessidades deste.

Iniciamos nossas pesquisas, portanto, com suposições de que tanto a criação, quanto as principais reestruturações pelas quais a instituição passou ao longo de sua história, se constituíram em tentativas de respostas do Estado às mais diversas movimentações de cada período, que ora advinham diretamente por parte dos trabalhadores/pequenos produtores, que estavam no lidar com o campo, como por exemplo, as inúmeras discussões que anteviram o golpe civil-militar de 1964, como forma de réplica, em âmbito estatal, às transformações na maneira de produzir e se

relacionar que o mundo do trabalho vinha conhecendo e que no Brasil se apresentaram mais fortemente a partir de meados dos anos de 1970, quando da inserção de equipamentos eletrônicos na produção, assim como novas técnicas de gerência de tempo e produtividade, que foram pouco a pouco transformando a relação entre os homens e seus trabalhos e entre si próprios. No que compete à Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - CATI, suas reformulações aconteceram principalmente nas décadas de 1980 e 1990.

Ao contrário do que ocorrera nos anos de 1950, 1960, quando o campo estava distante da modernização das empresas urbanas, nas décadas posteriores havia outro quadro social, em que uma nova realidade passou a atingir campo e cidade simultaneamente. Assim, procuramos compreender, diante destes contextos, além de levantamento bibliográfico, documentos, programas de formação e contato direto com responsáveis pela CATI, entre outros, de que maneiras este órgão se organizava e realizava seus trabalhos no sentido de formação dos pequenos produtores rurais.

Novamente em acordo com Batista (2011)

Para visualizar as contradições de classe condensadas no Estado observam-se no aparelho estatal instâncias governamentais que representam os interesses das diferentes classes, notadamente no tocante às questões do campo, podemos constatar que no poder executivo federal tem um ministério para atender as demandas do agronegócio o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (BATISTA, 2011, p. 48).

Ainda segundo a mesma, compete ao MAPA:

Formular e implementar as políticas para desenvolvimento do agronegócio, integrando os aspectos do mercado, tecnológicos, organizacionais e ambientais, para o atendimento dos consumidores do país e do exterior, promovendo a segurança alimentar, a geração de renda e emprego, a redução das desigualdades e inclusão social (idem, p. 48).

Ao pensarmos que tal ministério se consolida em âmbito estatal por suas secretarias, encontramos no estado de São Paulo a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, órgão dirigente de instituições como a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, que surge então em atendimento às demandas de formação e qualificação dos sujeitos que estão no campo, tendo como pano de fundo a defesa do

agronegócio e das grandes propriedades, que necessitam, para sua própria manutenção, também das pequenas produções. Instituições que apontam em seu discurso o descrito pela autora anteriormente, colocando como bandeira a defesa pela redução das desigualdades e inclusão social dos sujeitos que estão no campo.

Deste modo, com a finalidade de perceber tais relações, o estudo em questão buscou retratar o contexto político e social que compunha a realidade brasileira quando da criação da coordenadoria, tendo especial atenção às leituras que retomavam o período de modernização que atravessou nosso país e o campo no momento de sua criação, decretada oficialmente no ano de 1967. Na busca pela compreensão aprofundada do objeto de estudos escolhido, procuramos primeiramente investigar as transformações pelas quais passaram os trabalhadores/pequenos produtores rurais ao longo dos anos, especialmente no tocante aos movimentos de organização e luta destes sujeitos, principalmente nas décadas citadas, 1950 e 1960, período de grande movimentação e essencial análise para a compreensão da realidade do campo no Brasil. Posteriormente, retomamos o que se conheceu por reestruturação produtiva, um período de mudanças profundas que se destacaram nas últimas décadas do século XX, trazendo consigo incontáveis alterações no que diz respeito à vida e ao trabalho de milhares de pessoas, que em cada período lidaram de uma maneira ou outra com suas condições materiais, sobrevivendo às pressões e necessárias “adequações” capitalistas.

A CATI apresenta-se como voltada especialmente ao público de pequenos produtores rurais, assim, compreender seu histórico desde os anos 1960 implicou em conhecer como se deram, em cada período desde sua criação, os processos e intervenções do Estado no sentido de reproduzir suas relações de produção, dentre outros, por meio da persuasão, formação e qualificação.

Resgatamos períodos específicos que tiveram sua razão de ser. Primeiramente, lidamos com os anos de 1945 a 1964, por se tratarem de anos extremamente relevantes no que diz respeito à organização e sistematização de reivindicações que surgiam a partir de movimentos organizados por trabalhadores rurais. O Brasil vinha passando por grandes mudanças quanto à sua urbanização e modernização da produção, sobretudo pela industrialização inserida em nosso território após a II Guerra Mundial. Com relação ao campo esta modernização não se deu com a mesma velocidade do meio urbano, acontecendo de maneira lenta e gradual, ou seja, as relações de produção típicas do modo de produção capitalista e sua mecanização apareceram com mais força no final da

década de 1950 e início dos anos 1960. Esse retardo da mecanização da produção e da introdução de relações burguesas no campo levou à identificação do meio rural como espaço de atraso em relação ao meio urbano, moderno e desenvolvido.

A título de exemplo do atraso com o qual o campo era visto, que era técnico e também em suas relações de produção, podemos apontar para a regulamentação da organização dos profissionais da atividade rural pelo decreto-lei 8.127/45 , no qual a definição de profissionais das atividades rurais é dada em seu primeiro artigo: “§ 1º *Para os efeitos deste Decreto-lei, é considerado no exercício da profissão rural todo aquele que for proprietário, arrendatário ou parceiro de estabelecimento rural*” (BRASIL, 1945), ou seja, naquele momento, em sua primeira redação, somente apareciam enquanto profissionais das atividades rurais os proprietários, o que foi alterado somente em 1963, momento em que o Estado normatizou a atividade de trabalhadores rurais assalariados por meio do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214/63) (Brasil, 1963).

Posteriormente, trabalhamos com a retomada do período entre 1964 e 1985. Apontamos como marco o golpe civil-militar<sup>5</sup> que aconteceu entre 31 de março e 01 de abril de 1964 e apresentou uma particularidade, na medida em que iniciou um período de forte repressão, o que Medeiros (1989) chamou de “atomização das lutas”, que trouxe momentos de forte refluxo diante de conquistas anteriores no que diz respeito à mobilização e organização dos trabalhadores, mas também de avanços no que se referiu à modernização das condições de produção e a introdução das relações capitalistas no campo. O período do regime civil-militar é relevante e interessante para que possamos refletir acerca do papel do Estado na relação entre trabalho e capital, na medida em que tomamos como exemplo a legislação citada anteriormente, o “Estatuto do Trabalhador Rural” lei nº 4.214 de 02/03/1963, que normatizou as relações do trabalho rural, ampliando para os trabalhadores do campo a regulamentação das relações de trabalho, garantidas no meio urbano pela Consolidação das Leis do Trabalho, do ano de 1943, apresentando algumas alterações para que atendesse às particularidades do trabalho no meio rural. Embora vigorasse o regime estabelecido pelo golpe civil-militar, o “Estatuto do Trabalhador Rural” foi mantido, dado que a lei significava uma conquista daqueles

---

<sup>5</sup> Entendemos o golpe e os governos que seguiram, no período 1964-1985, enquanto “civil-militar” na medida em que contaram ativamente com a sustentação tanto do aparato militar, quanto de parte da sociedade civil.



trabalhadores, fruto das lutas da década de 1950 e início da de 1960, porém, ao mesmo tempo em que representou uma vitória dos trabalhadores, significou também limitações na organização, mobilização e ação destes, ou seja, o Estado tornou-se, pelo uso da lei, o mediador dos conflitos entre os trabalhadores e os patrões.

Na ocasião da pesquisa foram estudados ainda os anos subseqüentes, por meio de análises acerca de como se organizavam as pequenas produções, sua lógica e o papel do Estado e suas instituições, que corroboram para que trabalhadores/pequenos produtores se mantenham em um modelo de sustentação para as grandes produções.

Tratamos com maior atenção o objeto de análise selecionado, apontando para histórico, reformas e transformações significativas em seus trabalhos e idéias. Da mesma maneira buscamos retratar parte da realidade do campo no que compete aos anos abordados, especialmente tratando do que se conheceu como reestruturação produtiva e as conseqüências desta na formação e qualificação dos sujeitos do meio rural.

Além disso, pudemos observar o trabalho desenvolvido pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I, a partir do qual cabe salientar a abertura para novos estudos que seguirão, investigando a atuação de grandes agências internacionais de financiamento, como é o caso do Banco Mundial, principal mantenedor deste e outros projetos.

Iniciado no ano de 1987, de acordo com a CATI o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas rapidamente atingiu a inúmeros sujeitos no campo, o que fez com que sua atuação crescesse e demandasse por ampliação, o que em 1993 ganhou espaço por meio da lei 8.331, que autorizava a obtenção de financiamento junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), por meio da execução de “(...) Projeto de Manejo e Conservação do Solo, que se insere no Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas” (CATI, 2009, p. 11).

Ainda segundo a instituição, a partir daí, medidas foram tomadas visando à adequação dos trabalhos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento às condições impostas pelo Banco Mundial, dentre as quais se destacou a criação da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo (Codasp), esta que anteriormente era denominada CAIC – Companhia de Agricultura, Imigração e colonização, passou no ano de 1987 a ser parte das formulações do novo programa que tinha como prioridade a conservação do solo e da água. Além desta, outras leis foram alteradas de maneira que

se permitisse ao Poder Executivo a concessão de subsídios aos produtores rurais, assim como também a doação de sementes, em incentivo às práticas agrícolas conservacionistas em microbacias hidrográficas (CATI, 2009). No ano de 1997, ao negociar com o Banco Mundial empréstimo que financiasse o programa, o governo do Estado de São Paulo teve ainda a missão de reorganizar e redefinir o mesmo, reestruturando seus objetivos em consonância com os pensamentos e práticas defendidos pela instituição, pautados na política neoliberal.

Documentos da CATI demonstram que os trabalhos se iniciaram primeiramente com recursos do próprio estado e, já em 1998, foram divulgadas intenções e potencialidades do programa no sentido de resolução de problemas relacionados à pobreza e à degradação ambiental no meio rural, o que buscava a adesão de municípios à proposta. Ainda de acordo com a instituição, com a efetivação do empréstimo, em 1999, ampliaram-se as discussões no âmbito da entidade a respeito de uma nova proposta de extensão rural no Estado de São Paulo e dentro da idéia que envolvia o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (ideais de conservação ambiental, etc.) novos objetivos foram traçados, estes que diziam respeito à

(...) promover o desenvolvimento rural sustentável no Estado de São Paulo; entendendo-se por desenvolvimento rural a ampliação das oportunidades de ocupação, a melhoria dos níveis de renda, maior produtividade geral das unidades de produção, redução dos custos e reorientação técnico-agronômica. Tudo para propiciar o aumento do bem-estar das populações rurais, por meio da implantação de sistemas de produção agropecuária que viessem a garantir a sustentabilidade socioeconômica e ambiental, com plena participação e envolvimento dos beneficiados e da sociedade civil organizada (SÃO PAULO, 2009, p. 11).

Assim, foram reforçadas as propostas de (re)organização de associações, conselhos municipais de desenvolvimento rural e grupos ambientais, chamando as famílias, comunidades e lideranças a discutirem e serem parte de novas projeções. Deste modo, pouco a pouco os municípios foram aderindo à proposta que tinha como foco a microbacia hidrográfica como “unidade de intervenção e análise” (SÃO PAULO, 2009, p. 12). Outra dentre as intenções do projeto, disse respeito ao fortalecimento, em trabalho conjunto da CATI com os municípios, da rede de assistência técnica e extensão rural, por meio de investimentos em infraestrutura, capacitação, etc., o que possibilitou

o acordo e participação de 514 municípios<sup>6</sup>, cujos principais beneficiários, de acordo com seus dirigentes, foram produtores (pequenos, médios ou grandes, embora tenha se declarado sempre preocupação essencial com as duas primeiras categorias) individuais ou em trabalhos coletivos, pertencentes às microbacias selecionadas, sendo que aos primeiros considerava-se a área das propriedades, condição de trabalho (proprietário, arrendatário ou parceiro) principal fonte de renda, utilização de mão-de-obra familiar e local de residência e aos últimos impunha-se que fossem organizados em número mínimo de cinco, além do que, deveriam se adequar às condições impostas pela utilização de certos equipamentos ou realização de determinadas obras (SÃO PAULO, 2009).

De acordo com as condições de natureza ambiental, destacando áreas com altos índices de erosão ou com suscetibilidade a esta, além de características econômicas, indicativas de áreas mais pobres, o estado, ainda segundo a CATI, foi agrupado em três diferentes regiões, separadas por prioridades, de maneira a facilitar a concentração de trabalhos e renda investida, resultando que à região de prioridade um, seriam destinados 70% dos recursos, à região de prioridade dois, 27% destes e, por último, à região três, 3% somente. Com os investimentos do BM, a coordenadoria passou de uma movimentação de R\$ 6 milhões, quando iniciado o programa no ano de 2000 a uma que alcançou os R\$ 55,8 milhões no ano de 2007 (SÃO PAULO, 2009).

A respeito da assistência técnica e extensão rural, a entidade afirma ter se destacado pelo fato de que a atuação de seus profissionais abandonou a primeira enquanto atividade pontual, de atendimento por demanda técnica isolada por parte dos produtores, tornando este um trabalho de extensão com foco educacional, de conhecimentos e habilidades levados aos produtores para que estes dessem conta da solução de seus problemas. Tal perspectiva buscou, de acordo com dados da instituição, a melhoria da qualidade de vida destes sujeitos “sempre com o objetivo de estimular o desenvolvimento sustentável social, ambiental e econômico” (SÃO PAULO, 2009, p. 15). Neste mesmo contexto os técnicos extensionistas deveriam ser os sujeitos que conheciam a história e a realidade de onde atuavam e, portanto, articuladores entre as

---

<sup>6</sup> Embora o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas tenha atendido 514 municípios no estado de São Paulo, vale apontar que hoje a CATI se faz presente por meio de 594 Casas da Agricultura, 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural – EDR, ou as regionais, como são chamadas, além dos Núcleos de Produção de Sementes e Mudanças.

necessidades dos produtores e o acesso às práticas da CATI. Na perspectiva de atendimento a essa nova demanda e maneira de organizar o trabalho, foi investido montante na contratação de novos profissionais por meio de concurso público, porém, segundo seus funcionários, ainda era grande a necessidade de outros mais que pudessem atuar não somente nas áreas de ciências agrárias, mas em todas as demais profissões.

Para além de sua relação entre demanda e contratação de funcionários, segundo dados fornecidos pelo órgão, o programa realizou melhorias em termos de infraestrutura, investindo em veículos, informatização, comunicação e na qualificação de pessoal, o que, de acordo com suas informações, colaborou para o que foi a maior realização de toda sua história, capaz de unificar todo o Estado “com características realmente extensionistas, no sentido de um trabalho de desenvolvimento com essência educativa e participativa” (SÃO PAULO, 2009, p. 16). Dada a sua abrangência, a CATI alegava que o PEMH havia sido um grande programa de comprometimento com a agricultura estadual, capaz de fazê-la chamar a atenção em âmbitos municipais, estaduais e federal, além de um profundo articulador de necessidades.

Entre suas principais ações locais estava a criação dos Conselhos Municipais e Regionais de Desenvolvimento Rural, estes que de acordo com o órgão, se constituíram enquanto espaços consultivos que contavam com a participação de alguns setores da sociedade (porém com destaque para produtores) sob regulamentação do Governo Estadual e com a responsabilidade de articular propostas e gerir recursos, determinando prioridades para a área rural, o que a CATI acreditava ter garantido a transparência e representatividade dos sujeitos, em cada microbacia (SÃO PAULO, 2009). Embora em muitos casos não tenha sido suficiente, de acordo com a instituição, parcerias foram firmadas entre os governos municipais e estadual, principalmente na contratação e atuação de técnicos e veterinários<sup>7</sup>, além de obras de melhorias diversas, como estradas rurais, instalação de viveiros de mudas e a realização dos mais diversos projetos em unidades demonstrativas.

Outro aspecto apontado pela entidade, como sendo muito forte do PEMH, no sentido de organização rural, ainda de acordo com seus dirigentes foi a busca por certo tipo de “conscientização” por parte dos produtores, que deveriam engajar-se e serem

---

<sup>7</sup> Ao tratarmos das Casas de Agricultura especificamente, serão resgatados alguns discursos de funcionários acerca desta relação entre Estado e municípios por meio dos convênios.

parte do projeto. Coerentes com tais propósitos, a CATI enxergou como fundamental o associativismo, acreditando que por meio deste a comunidade participaria e se fortaleceria, além do que, assim poderia ser garantida a transparência, descentralização e eficácia que buscavam, na intenção de que estes sujeitos fossem capazes de, após suas intervenções, darem continuidade às propostas (SÃO PAULO, 2009).

Dados da instituição apontavam ainda a evolução em termos de criação de associações, estas que no ano de 2002 somavam 175 e, em 2009, alcançaram a casa de 517, demonstrando ainda que foram distribuídos cerca de R\$ 870 mil reais por meio do programa, auxiliando 170 associações e 10.476 produtores no financiamento de equipamentos de escritório e informática, para a formação adequada de seus espaços (CATI, 2009). Para além da formação, a CATI alegava ter atuado diretamente ou no auxílio de outros inúmeros projetos ao longo dos anos em que vigorou o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I, como a criação da Federação das Associações de Produtores Rurais das Microbacias do Estado de São Paulo – Famhesp, do ano de 2005, o que retirou as associações municipais de seu contexto isolado, colocando-as em diálogo e, segundo a instituição, formando “(...) parceiras no cenário do agronegócio (...)” (SÃO PAULO, 2009, p. 26).

Afirmaram ainda terem tido seus projetos engajados nas questões de “Educação ambiental”, por meio do que denominaram “Aprendendo com a Natureza”, um trabalho considerado pela entidade como sendo de grandes proporções, realizado com alunos de terceiro e quarto anos do Ensino Fundamental, na intenção, segundo eles, de fazê-los compreenderem que são parte do meio ambiente e que, assim, constituía-se de grande importância também a sua participação no sentido de conservação de recursos em busca de desenvolvimento sustentável. Para tanto, foi formulado “material didático diferenciado, pois trata as questões ambientais sob o enfoque rural” (SÃO PAULO, 2009, p. 29).

Demonstrando ter grande inserção nas escolas, seus dirigentes afirmam que este projeto vigorou entre os anos de 2002 e 2008, formando cerca de 486 mil crianças de 1.774 escolas, 8.760 professores e coordenadores, 790 agentes ambientais que auxiliaram o trabalho e 80 grupos que se consolidaram para a realização de diversas ações, como coletas seletivas, reciclagem, entre outras. Todos agiram numa área de 489 municípios e foram disponibilizados, em 40 escritórios regionais da CATI,

equipamentos para que se formassem salas multimídias, em apoio às atividades (SÃO PAULO, 2009). De acordo com a instituição

As atividades de educação ambiental, desenvolvidas com crianças e adultos no contexto do Programa de Microbacias, contribuíram para a formação de pessoas não apenas conscientizadas sobre a importância da conservação e preservação dos recursos naturais para a continuidade da vida no planeta, mas também dispostas a mudar seus hábitos, adotar práticas conservacionistas e se tornar multiplicadoras em suas comunidades (SÃO PAULO, 2009, p. 29).

Enquanto pesquisadores acreditamos na validade de trabalhos que envolvam alunos e comunidades, no sentido de preservação de recursos naturais, no entanto, acerca dos trabalhos realizados pela instituição, bem como do material distribuído por ela, cremos ser necessária certa atenção. Como apontado anteriormente, os trabalhos desenvolvidos pelo PEMH são financiados por acordo com o Banco Mundial, este que implantou o ideário neoliberal e o tem reforçado ano a ano em suas práticas voltadas ao mercado, às desregulamentações, entre outras atitudes que tem marginalizado muitos e se efetivado positivamente para poucos. Assim, cabe a nós pensarmos que concepções podem trazer esses materiais, tão amplamente difundidos e “aplaudidos” em meio àqueles que os utilizaram e muitos que ainda os utilizam. Mais uma vez, nossa intenção não é retirar a validade das proposições e atividades que envolveram alunos e comunidades inteiras, mas refletirmos acerca destas, principalmente a respeito das concepções de mundo que estão por detrás de seus escritos.

Outra dentre as atuações de destaque da instituição tratou da “Adequação de estradas rurais e controle de voçorocas”, um trabalho considerado de extrema importância para que outros pudessem se realizar, efetivado principalmente em trechos mais críticos, que, segundo a CATI, totalizou cerca de 1.600 quilômetros, beneficiando mais de 25 mil produtores. Nesse trabalho, de acordo com a coordenadoria, foram investidos R\$ 69,4 milhões de reais e suas ações envolveram as comunidades por meio de diagnóstico participativo com levantamento de prioridades. Em parcerias com outras empresas a CATI acredita ter colaborado significativamente para seu próprio aprendizado, a comunidade, as prefeituras e aqueles que foram seus parceiros, crescendo em conhecimento e propiciando melhorias nas vidas de sujeitos em áreas mais afastadas ou prejudicadas (SÃO PAULO, 2009). A adoção de novas técnicas de intervenção em trechos críticos de estradas rurais era vista pela entidade como um

exemplo de sucesso de adaptação de tecnologia do programa. Com esse trabalho, segundo seus dirigentes, promoveu-se um grande avanço tecnológico das Unidades Técnicas de Engenharia da CATI, reunindo técnicos que já atuavam na área de conservação do solo e que foram capacitados para elaboração de projetos e acompanhamento de obras. Juntamente com a Codasp<sup>8</sup>, empresa do Estado que atua na área de adequação de estradas rurais, garantiu-se a capacitação dos engenheiros e operadores de máquinas das prefeituras municipais (SÃO PAULO, 2009, p. 45).

Além dos projetos que obtiveram maior enfoque, fosse por sua abrangência, ou ainda por sua relevância em um contexto geral de atuação, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I, de acordo com seus defensores trouxe também outros resultados à agricultura do estado, relacionados especialmente à: “*Capacitação e Difusão*”, por meio do qual levaram seus ideais a milhares de produtores; “*Fiscalização da Lei de Uso do Solo e de Incentivos*”, atividade importante na garantia de que as boas práticas, educação ambiental e todo o trabalho realizado se efetivassem; “*Práticas relacionadas à melhoria da qualidade e quantidade de água*”, reforçando a distribuição racional, o tratamento de esgoto doméstico, além da viabilização de fossas sépticas em milhares de propriedades e a construção de abastecedouros comunitários; “*Aquisição de maquinário*” (roçadeiras tratorizadas e costais), por meio dos quais atenderam cerca de 7.800 produtores e “*Diversificação de atividades desenvolvidas nas unidades de produção*”, incentivando práticas integradas.

Assim, tendo como responsabilidade uma imensa variedade de atuações e enorme verba disponibilizada pelo banco mundial, os trabalhos realizados nos últimos anos, de acordo com a instituição, resultaram nos seguintes números:

O total investido em ações, visando ao desenvolvimento rural sustentável, foi de R\$ 159,5 milhões, dos quais R\$ 135,5 milhões foram apoiados pelo Programa e R\$ 24 milhões foram investidos pelos agricultores<sup>9</sup>. Práticas integradas de manejo e conservação dos recursos naturais foram promovidas e planejadas de forma

---

<sup>8</sup> Codasp: Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo, é uma empresa vinculada também à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Governo do Estado de São Paulo e é responsável por trabalhos de motomecanização e infraestrutura voltados “à agricultura, ao agronegócio, ao desenvolvimento sustentado e à conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis (principalmente do solo e da água)” ([www.codasp.sp.gov.br](http://www.codasp.sp.gov.br), consultado em 04/07/2011).

<sup>9</sup> Muitas vezes esses agricultores possuem apenas o financiamento parcial para a aquisição, por exemplo, de novas tecnologias e insumos para suas produções.

participativa em 970 microbacias, envolvendo 69.997 produtores em 514 municípios, abrangendo uma extensão de 3.310.312 hectares.

Dos 970 planos de microbacias aprovados, 682 foram realizados em regiões de prioridade 1; 251 em regiões de prioridade 2; e 37 em regiões de prioridade 3 (SÃO PAULO, 2009, p. 33).

Para além dos avanços em termos de números, algo muito apontado pelos materiais de divulgação, são as mudanças de comportamento trazidas pelo programa. De acordo com a instituição, o trabalho realizado modificou a autoestima das famílias atendidas, que por meio do contato com novas tecnologias e possibilidades de atuação se sentiram “inseridas” nas possibilidades de mercado e numa produção que, segundo eles, ia além da subsistência e os possibilitava uma vida melhor. Mais uma vez não retiramos a validade da atuação do programa no contexto dos sujeitos contemplados por ele, no entanto, cabe a nós sempre pensar com cautela acerca dos limites muitas vezes impostos ao desenvolvimento e a “melhoria” destas pessoas, dado que, por maior que fosse a abrangência de atuação de programas como este, ainda eram e são inúmeras as produções que se quer dão conta de sua subsistência, cujos dependentes são muitas vezes obrigados a “revezarem” seus trabalhos no campo com outros que garantam renda extra.

Ao longo do período investigado ocorreram diversas mudanças no trabalho da CATI, que se refletiram também na formação e qualificação dos técnicos de seu quadro e de que maneira novos ideais se inseriram na realidade das pequenas produções por meio da atuação das Casas da Agricultura. No que compete às ações locais, trouxemos a realidade de três dentre as inúmeras Casas da Agricultura, onde pudemos entrevistar responsáveis, visitar produtores e conhecer um pouco da efetivação do que era discutido em âmbito central. As Casas da Agricultura escolhidas foram as de Macatuba, Arealva e Botucatu, todas levantadas por indicação do coordenador geral da CATI, assim como também de engenheiros agrônomos que eram parte do quadro da instituição.

Acerca da primeira delas, estabelecemos contato com a engenheira agrônoma responsável, em que pudemos perceber um longo relacionamento desta com a CATI e a CA, dado que a funcionária era parte do quadro há mais de 25 anos. Desde o início de suas declarações, ela aparentou ter construído, em seus anos de carreira, uma relação muito próxima com a CATI, assim como também com os produtores da cidade em que atuava. Já acerca da CA de Arealva, sua engenheira possuía uma relação de longa data



para com aquele espaço, tendo em vista que a própria era filha de produtores residentes na cidade. No entanto, aparentemente não apresentava o mesmo conhecimento acerca da realidade da CATI, enquanto coordenadora, órgão central presente em grande parte dos trabalhos realizados pela CA, como se suas informações não chegassem até aquele local, talvez por se tratar de profissional contratada pela prefeitura e não advinda do quadro de funcionários da própria coordenadora. Já o engenheiro agrônomo responsável pela CA de Botucatu vinha de formação acadêmica naquela cidade e havia sido aprovado há pouco tempo em concurso público. Sua ligação para com a CATI vinha por meio da mãe, que havia sido diretora regional em Bauru. Este mesmo profissional contou com a ajuda de outro em suas declarações, para que pudessem então juntos nos dar maiores informações acerca da atuação da instituição naquele município.

Diante de alguns questionamentos, pudemos traçar algumas inferências acerca do que pensavam e como agiam estes profissionais, responsáveis pelos espaços e em contato direto com os pequenos produtores. Em distintos contextos, de municípios muito pequenos como eram os casos de Macatuba e Arealva, ou ainda em maiores, como Botucatu, pudemos perceber diferentes preocupações e até certa diferenciação no que competia ao “envolvimento” com a instituição e suas ações. Todos desenvolviam seus trabalhos aparentemente com grande empenho, no entanto os profissionais de Macatuba e Botucatu tinham um histórico de muitos anos com a CATI e as casas de agricultura. Ambos tinham conhecimento acerca da estrutura, funcionamento e ações empreendidas pela CATI e a relação desta com as Casas de Agricultura. Já no caso da funcionária responsável pela CA de Arealva, esta possuía inúmeras informações sobre a atuação da CA, devido às condições de sua família, que sempre utilizou saberes e auxílio técnico oferecido pelo espaço, no entanto, possivelmente por se tratar de uma funcionária conveniada, que respondia, portanto, à prefeitura, ela aparentemente não possuía um conhecimento tão apurado especificamente a respeito da CATI, sua organização, etc.

Tais dados colocam em xeque alguns argumentos da CATI em defesa de sua importância para os trabalhadores, na medida em que mesmo alguns daqueles que trabalham em organismos ligados a ela não a conhecem muito bem. Por meio de suas declarações, pudemos perceber que nos municípios em questão havia uma grande variedade de atividades, de responsabilidades que eram delegadas às Casas de Agricultura. Em Macatuba, por exemplo, a responsável, embora lidasse com um grande

número de propriedades a serem atendidas, sabia quase particularmente os problemas e as dificuldades de inúmeras delas, conhecia os sujeitos atendidos e todos na cidade a conheciam também (o que comprovamos ao sairmos em sua companhia para um almoço e um passeio rápido). Para além, seu trabalho era reconhecido no espaço da CATI em Campinas e todos sabiam como era sua relação com a CA e com os produtores. Já no município de Arealva, havia uma grande procura pelas linhas de crédito rural e um trabalho muito próximo ao único sindicato da cidade, o Sindicato Rural, organizado especificamente por mulheres de produtores, o que fazia com que a engenheira responsável passasse muito mais tempo nestes espaços, lidando com as documentações necessárias aos créditos, ou na organização e realização de cursos, eventos, entre outros, em parceria com o sindicato ou ainda com órgãos como SENAR<sup>10</sup>.

Em Botucatu, por sua vez, os funcionários nos informaram que lidavam muito com as responsabilidades da Casa da Agricultura, como financiamento, atendimento de produtores, entre outros, mas também auxiliavam na demanda de outros municípios, já que o espaço de sua CA estava junto a um dos escritórios regionais, a “regional Botucatu”, assim, toda a demanda voltada a esse espaço muitas vezes era compartilhada com os engenheiros da casa.

Outro aspecto que destacamos em relação às entrevistas realizadas, foi quando perguntamos aos sujeitos acerca do número de produtores que eram atendidos pelas Casas de Agricultura, assim como também a respeito de quais trabalhos eram realizados naqueles espaços. Em Macatuba este número alcançava 530 propriedades em 2010, dentre as quais cerca de 90% se enquadravam entre pequenas e médias produções. A funcionária responsável nos colocou que na cidade a principal cultura era a cana-de-açúcar, porém, que os produtores diversificavam os espaços restantes com outros cultivares. Já ao ser questionada acerca dos trabalhos realizados, nos colocou que eram principalmente de reuniões com produtores, na decisão de diversas questões, além de assistência técnica, análise de solo, curva de nível, plantio, declarações, entre outros. Quanto à CA de Arealva, não houve divulgação de um número de proprietários atendidos, no entanto a responsável pelo espaço nos afirmou que este girava em torno de 15 ao mês, porém, que esta quantia variava em acordo com a época do ano, especialmente quando estavam disponíveis os diversos financiamentos e créditos com

---

<sup>10</sup> Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – parte integrante do “sistema S”.

os. Por fim, no que competia à CA de Botucatu, seu funcionário nos alegou que trabalhavam aproximadamente 1133 propriedades e que este era um número bastante alto para que pudessem atender isoladamente a cada uma, sendo assim, priorizavam eventos coletivos de formação, agindo também em parcerias com instituições como o SENAR.

Cada uma das Casas de Agricultura visitadas possuía uma atuação particular no município em que se localizava, porém, foi notável que todas eram de grande relevância à população, especialmente aos pequenos e médios produtores rurais. Era inegável, à época, que havia atuação por parte da CATI e das Casas de Agricultura, no sentido de levar aos sujeitos conhecimentos e saberes práticos que modificassem suas produções.

Partimos do pressuposto de análise da realidade social a partir do trabalho como centralidade da sociedade e esta como síntese do processo histórico contraditório, ou seja, a organização material da sociedade historicamente determinada vai exigir, em cada momento, uma nova formação/educação, que atenda às novas condições. É por esta via que compreendemos as condições materiais de criação e reestruturação da CATI, bem como de suas ações.

Como já apontado, ainda que não fosse o foco da instituição os trabalhos com assentados de reforma agrária, percebemos que alguns núcleos da CATI atendem trabalhadores em um espaço de assentamento, no município de Córrego Rico. Naquele assentamento a atuação da coordenadoria tem se dado por meio da instauração de fossas sépticas. A fim de compreender melhor como acontecem tais trabalhos, foi realizada entrevista com ex-presidente da associação, responsável pelo assentamento no período descrito.

A proposta inicial da investigação foi de compreender de que maneira a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, órgão do governo do Estado de São Paulo, ligado a Secretaria de Agricultura e Abastecimento se organizava, assim como também a existência ou não de ações, por parte desta instituição, no sentido de formação para produtores rurais, mais especificamente os pequenos proprietários.

Buscávamos perceber como esta foi criada e se inseriu na história do Estado de São Paulo a partir do ano de 1967, os principais fatos e reformas que perpassaram seu histórico, desde seu nascimento, passando ainda por suas principais mudanças de concepções e ações para, a partir de então, analisarmos a formação e qualificação

oferecida aos pequenos produtores rurais. Diante de todo o material levantado, algumas considerações se fizeram possíveis.

A CATI nasceu em 1967 com a proposta de levar assistência técnica ao produtor rural, compreendida enquanto atividade pontual e descontextualizada, assistencial. Ao longo do tempo, por meio de reformas, alterações e delimitações dos distintos governos, a instituição passou a compreender sua função enquanto “atividade educativa”, de formação dos sujeitos que estavam/estão no campo e destes enquanto parte atuante de nossa realidade, que não deveriam estar à margem social ou economicamente. Nos últimos anos a instituição reforçou sua atuação no meio rural por intermédio do “Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas I” este que por sua vez recebeu investimento de milhões advindos do Banco Mundial e, segundo alguns profissionais ligados à instituição, constituiu-se enquanto trabalho que “mudou a cara” de suas reflexões e da organização dos trabalhos de extensão.

Através da pesquisa, foi possível perceber que o trabalho da CATI é disseminado principalmente pela via das Casas de Agricultura, onde há a atuação de técnicos e engenheiros agrônomos treinados na instituição, através dos mais diversos tipos de formação, como cursos, palestras, seminários, entre outros.

Embora se encontre presente em inúmeros municípios por meio das Casas de Agricultura, ou dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (ou regionais como também são conhecidos) ainda eram e talvez sejam muitas as Casas de Agricultura fechadas e em estado de abandono. O PEMH I delimitou seus trabalhos de acordo com regiões prioritárias, as quais receberam maior montante em dinheiro e ações. Tais delimitações foram pensadas de acordo com condições ambientais, sociais, etc., o que acabou por deixar a margem muitos pequenos proprietários que não pertenciam a estes espaços. Embora alguns profissionais tivessem, naquela ocasião, alegado estarem cientes de tais condições, afirmavam também que muitas das áreas de menor prioridade estavam cercadas por grandes produções, que por sua vez não necessitavam dos serviços prestados pela instituição e que os pequenos proprietários de tais regiões encontravam em escritórios próximos todo o auxílio que pudessem precisar. A esse respeito inferimos a possibilidade de que, dada muitas vezes a aproximação de pequenas produções a grandes espaços, dominados pelo agronegócio, não havia e não há em grande medida “auxílio” a estes produtores, mas muito mais sua cooptação pelas grandes indústrias rurais, no sentido de reforçar que inúmeros abandonem sua produção familiar, muitas

vezes limitada a subsistência ou a um comércio ínfimo, e passem a se constituir enquanto arrendatários, ou trabalhadores que se dividem entre suas produções e a luta por sobrevivência enquanto empregados dos grandes empresários.

Percebemos também a intervenção do Estado e como este tem organizado seus trabalhos por meio dos mais variados caminhos, no sentido de atender às demandas do capital e de um projeto neoliberal. Dado o contexto de reestruturação produtiva vivido em nosso país especialmente nas últimas décadas do século XX, uma nova configuração do mundo do trabalho surgiu, de maneira que incorporações tecnológicas e as novas relações de trabalho alcançaram campo e cidade, exigindo dos trabalhadores adequações em suas maneiras de produzir e se relacionar. Os pequenos produtores, como exposto, inserem-se neste quadro enquanto elemento essencial, que mantém nas pequenas produções o abastecimento de alimentos e muitas vezes matéria prima, necessária às grandes produções. No sentido de garantir que este sistema se mantenha é de suma importância, que os sujeitos que estão no campo também sejam preparados, qualificados em acordo com as demandas tecnológicas e de mercado, o que se garante pela via do Estado. Cuida-se ainda para que mesmo aqueles em situação de desemprego sejam também formados, a fim de que se mantenha um razoável exército de reserva.

Assim, a intenção inicial deste artigo foi analisar um dos espaços de formação e qualificação de pequenos produtores, procurando compreender de que maneira tem se dado a relação entre o campo e o Estado e a quem o último tem procurado atender com suas formulações e investimentos. A CATI é uma dentre as vias pelas quais o Estado tem procurado formar estes sujeitos, especificamente quando tratamos do Estado de São Paulo e de pequenos produtores rurais, no entanto, sabemos que são inúmeros os programas, formações e financiamentos que alcançam todas as regiões do país, assim como também produtores, militantes de movimentos sociais e muitos mais que estão no meio rural. Há certa validade nas ações realizadas pela instituição, na medida em que tem levado informações, conhecimentos e tecnologias a uma parcela dos sujeitos que estão no campo e que nada possuíam nesse sentido. No entanto, acreditamos ser necessário irmos além e refletirmos acerca de quais concepções e intenções se encontram por detrás de práticas como as realizadas pela CATI e aqueles que a subsidiam, forjando muitas vezes ações que só procuram garantir a “tranquilidade” da desigualdade também no campo.

## REFERÊNCIAS

- A CATI através dos tempos. **CATI Informativo**, Campinas, n° 6, p. 2, 1997.
- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. **Evolução do Processo de Formação, Organização e Atuação das Associações de Pequenos Produtores Rurais : Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas**. Campinas, SP: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, 2009.
- BATISTA, M. S. X. Estado, luta de classes, movimentos sociais e as políticas de educação do campo. In: BATISTA, M. S. X. (org). **Movimentos Sociais, estado e políticas públicas de educação do campo: pesquisa e práticas educativas**. João Pessoa: Ed. Da UFPB, 2011. pp. 45-66.
- BOTIGLIERI, Monica F.; CASSIN, Marcos; VALE, Samila Bernardi do. Reestruturação produtiva no campo e as novas exigências de educação, formação e qualificação. In: NETO, Luiz Bezerra; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (orgs). **Educação para o campo em discussão: Reflexões sobre o programa escola ativa**. São José: Premier, 2011. Pp 43-60.
- BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Brasília, 1943. Acesso em 10/06/2013.
- \_\_\_\_\_. **Decreto-lei n.8127**. Brasília, 1945.
- \_\_\_\_\_. Estatuto do trabalhador rural. Brasília, 1963.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto da Terra**. Brasília, 1964.
- CARVALHO, Horácio Martins de. A Estrutura das Classes Sociais no Campo. In: BONIM, Anamaria Aimoré (et al.) (orgs.). **Movimentos Sociais no Campo**. Curitiba, PR: Unificado Ltda., 1987.
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- FONTES, José Luiz. Editorial. **Casa da Agricultura**, Campinas, Ano 13 – n° 1, p.1, 2010.
- GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 1987.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **O Estado e a Revolução**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **História dos Movimentos Sociais no Campo**. Rio de Janeiro, RJ: Fase, 1989.

MARTINS, Zoraide. **Agricultura Paulista: Uma História Maior Que Cem Anos**. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, 1991.

MARTINS, Mônica Dias (org.). O Banco mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo, SP: Viramundo, 2004.

PINHEIRO, Cleusa. **CATI 40 anos: Breve relato da história**. CATI Informativo, Campinas, p.3, Novembro/Dezembro 2007.

SÃO PAULO. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. Retratos de Uma Transformação Ambiental, Econômica e Social: Ações Desenvolvidas pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas – 2000 – 2008. Campinas, 2009. 80 p.

SOARES, Maria Clara Couto. Banco Mundial: políticas e reformas. In: HADDAD, Sérgio; TOMASSI, Lívia de; WARDE, Mirian Jorge (orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

STEDILLE, João Pedro (org.). **A Questão Agrária no Brasil: O Debate Tradicional: 1500 – 1960**. Volume um. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Questão Agrária no Brasil: História e Natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. Volume quatro. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2006.

TAFFAREL, Celi Nelza Zulke; SANTOS JÚNIOR, Cláudio de Lira, ESCOBAR, Micheli Ortega. **Cadernos didáticos sobre educação do campo / Universidade Federal da Bahia**. Salvador: EDITORA, 2010. Financiamento. pp. 71-116.